



✓ ORM
301.4
R 375

DR. CARLOS HUMBERTO REIS

O DIVORCIO

(SEU VICIO DE ORIGEM)

ARTIGOS PUBLICADOS N' «O COMBATE» E NA
REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO
DO MARANHÃO EM 1927



MARANHÃO
Typ. M. Silva
1933

DEDICATORIA

Não era intuito meu reunir em folheto estas aligeiradas produções.

Fil-o porém, instado pelo meu mui distinguido amigo e correlligionario Sr. Gerson Corrêa Marques.

Permito-me, ássim, a liberdade de dedicar á sua virtuosa e intelligente espôsa D. Albertina de Viveiros Marques esta collectanea de artigos, traçados na rapidez da absorvente vida da imprensa quotidiana.

Carlos Reis

23-3-933

O DIVORCIO

I

SEU VICIO DE ORIGEM

Surge novamente, no seio do Congresso Nacional, o projecto de divorcio “a vinculo” a agitar as correntes da opinião.

Desta vez, porém, o curso que lhe querem imprimir os nossos Lycurgos é o mesmo que deram á famigerada “lei de imprensa” e á revisão do magno e liberrimo Estatuto de 24 de Fevereiro.

Quando nas sessões do Senado, de 19 de Julho de 1900 e de 30 dos mesmos mez e anno, o erudito jurisconsulto patricio dr. Martinho Garcez, em dous memoraveis discursos, sustentou brilhantemente, aliás, os fundamentos da idéa que lançára, desde 1894, pretendeu tambem que, a exemplo da França, a discussão a respeito do divorcio se fizesse somente no seio do parlamento e não por meio de consulta ao povo, Ruy Barbosa, defrontando-o de viseira erguida deu-lhe o seguinte aparte, que o fez mudar de rumo: — “Na França a idéa passou depois de setenta e oito annos de lucta”.

O projecto — Martinho Garcez — fôra naquella epoca, consoante confissão feita pelo proprio orador, da tribuna daquella Alta Camara, inspirado num crime sensacional, “elaborado sob a dolorosa impres-

são da tragedia pungente de que foi protagonista um joven representante da Nação”.

Não foi feliz o talentoso cultor das letras juridicas, invocando em apoio do seu projecto, um caso de excepção, e menos feliz foi ainda quando, dentre os seus pares, appareceram na arena, desenvolvendo forte polemica, os srs. Alberto Gonçalves, Gomes de Castro e Ruy Barbosa.

O monumental trabalho de Ruy, que então, já se constituiria o vertice continental da intellectualidade americana, exgotou o assumpto illuminando-o em todas as suas “facies”.

O Senado dividiu-se, as opiniões entrechocaram-se e ao transitar o projecto pela Camara dos Deputados, houve o pronunciamento partido de todos os angulos do paiz, traduzindo o sentimento nacional.

O ambiente, agora, parece outro e o parlamento não se mostra disposto a ouvir os pobres diabos que não tem assento naquellas duas ricas e faustosas casas.

Os grandes centros de cultura juridica, como as Faculdades de Direito, os institutos dos advogados e os tribunaes, as associações litero-scientificas, os meios proletarios, industriaes e commerciaes, as partes integrantes, enfim, da sociedade, nas suas diversas manifestações do pensamento, não se poderão, absolutamente, alheiar da solução de um problema que tão fundamente interessa a familia brasileira, como incontestavelmente o é — a lei do divorcio.

Não conhecemos caso que, com mais propriedade, se deva resolver, num paiz de regime democratico, por meio do plebiscito nacional.

Os argumentos — pró e contra o divorcio são os

mais controversos. Um, porém, se superpõe a todos os outros, e com este ninguém pôde discutir — é o sentimento catholico — predominando essencialmente no seio da nossa nacionalidade. E' innegavel que, por lei, a Igreja está separada do Estado, mas a lei que separou os direitos patrimoniales das duas entidades não teve e nem podia ter forças para apagar na alma popular o sentimento, porque este é o motor supremo da existencia humana.

Invoca-se nesta hora, em favor do divorcio, a necessidade de pôr termo as infelicidades conjugaes, as mais das vezes oriundas do adulterio.

Não cremos que o divorcio extinga ou venha remediar os successivos casos de adulterio. Ao contrario, com a sua adopção, entre nós, as infidelidades matrimoniaes augmentarão, porque não haverá mais vinculo indissolúvel que obrigue aos conjuges por um contracto solemne e perpetuo.

Além do que, para impedir ou remediar o adulterio, ainda se não elaborou lei que se lhe reconheça a eficiencia.

Conforme historia Clovis Bevilacqua, no seu "Direito de Familia", "desde qque se firmou a familia em suas bases essenciaes, e que os legisladores antigos comprehenderam o seu valor social, o poder publico chamou á si a punição do adulterio. No Egypto, foi elle primitivamente punido com a morte; mais tarde, ao tempo de Herodoto e Deodoro da Sicilia, a pena applicada era a rhinotomia. O direito hebreu mandava lapidar a mulher adultera; na India, faziam-na devorar por cães famintos, e queimavam seu cumprimento ainda em vida".

Do mesmo modo em Athenas, em Roma e por

toda parte, enfim, foram impostas penas severissimas á punição do adulterio.

O proprio direito portuguez antigo, punia o adulterio, com a pena de morte. Pois bem, a despeito de todo esse rigor, nunca deixou de existir o adulterio e não houve medida vexatoria que o refreiasse; do mesmo modo que os diversos systemas do direito de punir não conseguiram exterminar de sobre a face da terra os homicidios, latrocinios, roubos, furtos, extorsões, peculatos, estellionatos, lenocinios, raptos, polygamias, testemunhos falsos, prevaricações, conspirações, peitas, subornos e outros crimes, afóra as contravenções, como jogos, apóstas, profanações dos tumulos, embriaguez, vadiagem, etc.

Não será o divorcio que venha impedir ou remediar o adulterio, ou moralisar a vida conjugal não aparelhada para lance tão arriscado.

Precisaria, para isso, que a animalidade revoltante do homem, nos seus instinctos procreadores, perdesse o espirito da novidade e que desaparecessem os processos de especulação por meio do casamento.

Como, porém, esses dous factores quasi sempre preponderam nos paizes mais cultos, onde existe o divorcio, impossivel fôra desassocia-los no nosso, que mesmo sem essa valvula derivativa, já soffre semelhante influencia.

Outro argumento dos partidarios de divorcio e reputado o mais poderoso é a faculdade com que ficarão os conjuges dissolutos de contrahir novas nupcias. Quer isto dizer, que o individuo que já infelicitou um lar ficará autorizado a infelicitar outros tantos.

Poderão os homens variar legalmente de espo-

sas, como entenderem e as mulheres volueis terão de circular, como moédas, de mão em mão, gosando dos mesmos preconceitos e regalias concedidas pelo Direito de Família, ás esposas virtuosas, fíeis, honestas e dignas, que ao envez dos prazeres mundanos tenham feito do seu lar o permanente altar dos seus devotamentos. Nessa desigualdade de effeitos reside o principal vicio de origem do divorcio.

I I

O CASAMENTO E' UM CONTRACTO "SUI GENERIS"

Já vimos, conforme accentuou Ruy Barbosa, que, na propria França, a idéa do divorcio teve atravez dos tempos a marcha tardigrada de "setenta e oito annos", para se transformar em lei, mas isto, justamente numa epoca em que a Camara tinha sido renovada muitas vezes. Como se pretender que, entre nós, a idéa, por multiplos e serios motivos tão repellido, seja de subito uma realidade ?

O Brasil que nos ultimos tempos se tem notabilizado pela anarchia reinante em todos os seus aspectos sociaes, se não estava ha vinte e seis annos preparado para receber a sanção de uma lei tão dissoluta, como é a do divorcio, não podemos descobrir por onde, em que peze aos nossos sentimentos sociologicos, poderá agora ser surprehendido por mais essa fallencia do unico patrimonio verdadeiramente digno que possuia — a constituição da familia brasileira em bases permanentes.

O afrouxamento do vinculo conjugal pelo divor-

cio produziria na nossa patria resultados tão funestos, que os seus proprios adeptos, dentro em pouco, ver-se-iam na contingencia de fugir á responsabilidade que lhes coubesse á contribuição do uma reforma, cujos effeitos, pelo imprevisto, acarretariam a maior corrupção possivel aos nossos costumes sociaes.

A depravação que se nota, aqui e ali, no seio da nossa sociedade, não seria absolutamente obstada com a instituição da “lei do divorcio”, como pretendem insinuar, porque teriamos assim, mais ampla a barra e mais accessivel o terreno para a disseminação dos costumes depravados.

Ao lado do conceito social surge o argumento imperioso considerado pelos adeptos do divorcio, como padrão juridico de força coercitiva, de que não pode haver contracto de jurisdição civil sem detracto.

Os que se firmam neste postulado, apenas encaram a especie do contracto de casamento dentro dos preceitos dos contractos em geral.

Esquecem-se de que, no casamento, o objecto do contracto não se presta a que sobre elle se entabulem transações.

Senão vejamos: conforme preceitua Pontes de Miranda — “o casamento é um contracto solemne pelo qual, duas pessoas de sexo differente e capazes, conforme a lei, se unem com o intuito de conviver toda a existencia, legalizando por elle, a titulo de indissolubilidade do vinculo as suas relações sexuaes, estabelecendo para seus bens, a sua escolha, ou por imposição legal, um dos regimens regulados pelo Código, e compromettendo-se a criar e a educar a prole que de ambos nascer”.

Como se vê, desta definição, aliás corrente e aceita geralmente pelos espiritos mais exigentes, em face da nossa legislação, o casamento é um contracto de natureza “sui-generis”, contracto solemne e unico na sua especie, que se não pode confundir com outro qualquer nos seus effectos, por ser o seu criterio completamente differente dos demais. Além do que, o objecto propriamente dito do contracto vae além de uma simples prestação de serviços, conforme sustentam Pothier, Domat, Laurent, Duraton, Zachariæ, entre os estrangeiros e Ruy Barbosa, Teixeira de Freitas, Clovis Bevilacqua, Lafayette, Carlos de Carvalho e outros, entre nós.

E’ um contracto, não ha duvida^a para o qual ja existe, aliás, na nossa legislação um distracto que é o “desquite”, permittindo a separação de corpos e de bens, e, portanto, dissolvendo o contracto no que respeita somente ao direito patrimonial dos contrahentes.

Pretender, agora, com o desmoronamento da construcção social, quebrar-lhe o vinculo abstracto seria de modo inequivoco contrariar as condições de nosso meio, completamente desapparelhado para soffrer tamanho abalo, na sua cohesão familiar, com os desregramentos successivos que dahi resultariam.

E’ como pensa Clovis Bevilacqua quando affirma que — “a respeitabilidade com que é cercada a familia brasileira, a honestidade de nossas patricias, os costumes de nosso povo enfim, dispensam o meio extremo do divorcio.

Nós não conhecemos, felizmente, ou quasi não conhecemos esses lastimaveis escandalos conjugaes,, tão frequentes em outras populações.

Além disso, não é talvez inexacto affirmar que ha individuos predestinados ao divorcio como os ha para o crime; e que outros, passando por successivas dissoluções matrimoniaes, adquirem a incorrigibilidade. Para uns taes, permissão de novos casamentos seria lamentavel imprevidencia”.

A prova mais segura da assertiva de Clovis Bevilacqua, de que ha individuos que adquirem a incorrigibilidade por successivas dissoluções matrimoniaes, está na estatistica dos casos de divorcio julgados perante a justiça norte-americana, desde a sua adopção naquelle grande paiz.

Para cada nove casamentos foi verificado que tem havido um divorcio.

Ora, por ahi poder-se-á avaliar do resultado que, entre nós, onde as condições de meio são mais permentes, não traria, com o seu cortejo de escandalos, a lei do divorcio “a vinculo” !...

I I I

A NOSSA CONDIÇÃO MESOLOGICA E' CONTRARIA AO DIVORCIO

No Brasil, embora se cogitasse do divorcio cercado de restricções, como o é na Inglaterra, levaria logo a indole natural do nosso povo a tratá-lo com extraordinaria facilidade.

Não haveria classe nem sub-classe de legislação que se podesse no momento adaptar aos nossos habitos, ás condições de meio, á mestiçagem sensualissima da nossa raça e sobretudo ao espirito de imitação do nosso povo.

A propria França, que desde muito sempre foi

essencialmente divorcista, teve que lutar ao primeiro embate da lei do divorcio com o decrescimo sensibillissimo da sua população. Prova é que, segundo refere Glassson, "Le mariage civil", citado por Bevilacqua, nos vinte e sete mezes seguintes á promulgação dessa lei os tribunaes pronunciaram 5994 divorcios e, nos tres primeiros mezes de 1793, houve tantos divorcios quantos casamentos. Devido a semelhante resultado o governo francez viu-se obrigado a abolilo pela lei de 8 de Maio de 1816, vindo a restabelecel-o de modo muito mais restricto, somente em 1884, e isto depois de uma lucta intensissima, na imprensa e no parlamento.

Cremos e comnosco pensamos estar a maioria da opinião, que os varios systemas de divorcio são todos falhos no que concerne á applicação ao nosso meio.

Nos diversos paizes onde o divorcio tem sido adoptado, raro é aquelle em que constantemente não se veja reformada a lei com abundancia de condições mais restrictas ao seu pronunciamento pelos tribunaes.

A Allemanha no seu "Aufhebung der ehlichen Gemeinschaft" exige como causas do divorcio o adulterio, a bigamia e a immoralidade contra a natureza, não havendo connivencia do outro conjuge; tentativa de assassinato; abandono malicioso do lar domestico; violação grave dos deveres oriundos do casamento, conducta immoral; sevicias graves e alienação, tendo durado tres annos pelo menos e tendo attingido um grau em que sejam impossiveis á communhão intellectual dos conjuges e a esperança do restabelecimento da integridade marital.

Um deputado allemão, justificando perante o parlamento germanico, as modificações que pretendia, fossem introduzidas ali, exclamou: feliz do paiz que não tolera a lei do divorcio !

E' justamente dessa felicidade para a familia que se quer privar a nossa patria, com o argumento de que devemos acompanhar, na sua evolução, os povos civilizados.

Não podemos comprehender, porém, a que pontos já attingiu essa nossa apregoada civilização, para se adoptar uma lei que tantos e tão multiplos desconcertos e desastres tem produzido em outras nacionalidades. A propria historia nos mostra que "nos gloriosos tempos homericos e na epoca da grandiosa juvenilidade aberta em seguida, o divorcio era fructo incognito ou de extrema raridade. Mas com a grandeza, o luxo, os requintes de scepticismo, que vieram depois, as dissoluções matrimoniaes, tornaram-se uma embriaguez que a todos os espiritos tol-dara".

Se na antiguidade grega, quando mais se aperfeçoou o grau de civilização daquelle povo illustre, maior foi tambem a infausta applicação da lei do divorcio, quanto mais hoje em que a civilização anda a par de todos os desregramentos, estiolando principios os mais austeros e dignos, consagrados pelo direito de familia.

A civilização norte-americana é bem o padrão singular dessa liberdade tão mal entendida nas suas causas e nos seus effeitos.

Não discutimos com a legislação yankee, porque de todas é a que mais aberra das verdadeiras normas do direito em geral.

Para iso basta considerar-se que em cada Estado norte-americano há uma legislação especial para o divorcio.

IV

PARA RUY BARBOSA O DIVORCIO E' A POLYGAMIA SUCCESSIVA

Lemos algures, a favor do divorcio de que, se na França fôra considerado como causa determinante do decrescimo censitario, no entretanto, nos Estados Unidos da Norte America tal se não verificou.

Accêitemos o argumento, apenas para discutir, com os factos de insophismavel notoriedade.

Na França, a maioria da nacionalidade é propria, emquanto que na Norte America dois quintos da população obedecem ás correntes immigratorias.

O cosmopolitismo norte americano já chegou ao ponto de ter a sua propria armada nacional repleta de estrangeiros contractados.

A grande potencia atrahê todos os povos, para o seu seio, pela phantastica propaganda das suas riquezas, das suas liberdades, das suas festas sumptuosas, das suas empresas colossaes, do seu movimento sem par, das suas construcções gigantescas, perfurando as nuvens com os seus edificios "fura-ceus".

Despejam-se ali, diariamente, verdadeiras ondas humanas impellidas de todas as partes do globo.

Para o effeito de recenseamento, todo o individuo domiciliado é norte americano. As familias estrangeiras ali residentes, permanecem muito tempo dentro dos habitos das suas nacionalidades de origem, e não vão, portanto, recebendo logo o baptismo da li-

berdade do divorcio norte americano. Por isso não precisam de acautelar immediatamente o futuro da prole; ao passo que na França, a mulher compreendendo que possuía apenas, um esposo temporario, começou premunindo-se de todos os artificios que o engenho humano podesse inventar, com o fim de evitar a propagação da especie.

Uma divorciada sem filhos, casará novamente com mais facilidade do que outra que os tenha, e, principalmente em numero avultado. Dahi a necessidade que sentiram as francezas de recorrer aos processos de esterilidade, causa determinante do decrescimo da população.

Não se pode absolutamente comparar o caso da França ao dos Estados Unidos da America do Norte. Ha sensivel differença entre um paiz de uma população constituida por sua propria nacionalidade, de outro que, na sua maioria, o tem adquirido apenas pela fixação do domicilio dos seus habitantes.

E' esta a logica assente nos mais acatados principios do Direito Internacional.

A fébre "divorcista" que se vem tornando endemica na America do Norte, ha soffrido as mais severas criticas de insignes escriptores norte-americanos. "Theodóro Woolsey já o fizera sentir, em seu livro "**On divorce**" que um quasi nada (until almost any thing) pode servir de base para o divorcio".

Seria, para nós, erro gravissimo e insanavel se neste particular fossemos, agora, imitar a legislação norte-americana.

Dispensem-nos, pois de semelhante modelo, ou então se dissolva logo a familia brasileira, sem mais os aparatos de um golpe tão profundo.

Bem sabemos que o assumpto é de magna importancia e que as opiniões mais respeitaveis se dividem e se estremam, por vezes, mas nem por isso, deixaremos de de manter a nossa convicção arraigada durante muito tempo, com o mesmo desassombro com que, na imprensa ou na tribuna, mesmo inexpressivamente, defendemos todas as nossas idéas.

Ouvimos de alguém que muito nos merece, pelo seu incontestavel valor scientifico, de que "um espirito de elite" jamais nesta epoca deveria sair a campo para combater o divorcio.

Felizmente, forramo-nos aos louvores ou ás censuras quando estamos convencidos da nobreza dos nossos propositos, em relação ás consequencias de uma lei que dissolveria os nossos costumes.

Não nos seduzem as cortesarias do estylo e tão pouco as apreciações enaltecedoras ou desfavoraveis á nossa attitude, em face do momentoso problema que se vae solucionar.

Quando se cogitou, aqui, da reforma da instituição do jury, batemo-nos, em artigos successivos publicados na "Pacotilha" daquella epoca, pela sua modificação.

Calassem ou não, os frouxos argumentos que espendemos, no animo do codificador, o certo é que o systema foi profundamente alterado, até no numero dos jurados, que sempre entendemos devia ser impar e não par.

Insurgimo-nos ultimamente contra o cerceamento do "habeas-corpus", instituto que entre nós, perdendo o character primitivo que lhe imprimiram outros povos, ia, com a evolução juridica, tomando uma feição nacionalisada. Poderíamos mesmo dizer

que possuíamos, para orgulho da nossa cultura, o "habeas-corpus" brasileiro".

Agora, estamos dentro da coherencia das nossas opiniões anteriores, dizendo em linguagem sincera e franca, o que pensamos da instituição do divorcio no nosso paiz.

Pouco se nos dá de perdemos a "gloriola da classificação de "espírito de elite".

Ficaremos muito bem comnosco mesmo e em companhia das culturas "passadistas", inclusive a de Ruy Barbosa, que considerava o divorcio como significando a polygamia successiva.

V

O ASPECTO GRAVE DA LEI DO DIVORCIO PERANTE A MAGISTRATURA NACIONAL

Embora não applaudamos a mania dos reformadores, "à outrance", somos dos que acceitam as idéas novas, quando inspiradas na imprescindivel necessidade social.

Mantemo-nos nos reductos dos principios que sustentamos, sem comtudo, afastarmos de modo absoluto os motivos e elevadas concepções dos que firmam, em argumentos serios, postulados opostos aos nossos.

Não somos, ao que deflue deste asserto, intransigentes sectarios de doutrinas extremadas ou de crenças supersticiosas que degeneram em fanatismo.

Não toleramos mesmo os que se abroquelam irreductivelmente dentro dos preconceitos exclusivistas das idéas que professam.

Entendemos que os conhecimentos humanos ainda não atingiram a um grau de perfeição tal que se possa erigir uma razão social suprema, para tudo julgar e decidir infallivelmente em tórno da nossa existencia.

Na variedade dos aspectos justamente é que se espelha a nossa vida.

Por isso, ao abordarmos o problema do divorcio, entre nós, não pretendemos excluil-o de modo absoluto do terreno das conjecturas.

Supponhamos mesmo que a idéa se transforme em realidade, e que os nossos reformantes logrem, por lei, promulgada pelo Congresso, em moldes restrictos, a sua sanção.

Admitamos que a nova lei do divorcio seja um modelo de legislação, fundada nos mais sãos preceitos da moral; que participe na sua contextura da severidade da lei ingleza, subtrahidos, já se vê, os elementos decorrentes dos dogmas anglicanos, porque o Brasil, não tendo religião official, jamais poderia confeccionar uma lei eivada dos preceitos do protestantismo. Aceitemos que a intelligencia e o escrupulo dos legisladores patricios, joeirando as fontes do direito, buscassem um padrão mixto, intercalando no projecto do divorcio causas de excepção somente, tão ou mais rigorosas que as admittidas na Inglaterra, na Suissa e na Allemanha.

Promulgada a lei do divorcio, repousando assim num criterio restrictivo, para certos e determinados casos, notadamente o de adulterio, que é o mais invocado e acceito como justo, estariams apparelhados para a sua execução ?

Sem offensa á justiça da nossa terra e com o

maior respeito que tributamos á integridade dos nossos juizes, podemos entretanto, affirmar, com o testemunho dos factos, que estamos longe de attingir a quasi infallibilidade da justiça inglesa, da helvetica ou da allemã.

Na Inglaterra, na Suissa e na Allemanha, a magistratura é cercada das maiores garantias, completamente divorciada da politica, sem dependencia nenhuma do poder Executivo ou do Legislativo, e portanto, a salva-guarda de todo e qualquer interesse de ordem economica ou social, para poder com superioridade, prudencia, energia, reflexão e desinteresse, julgar causa de tamanha gravidade.

Entre nós, a organização judiciaria ainda reveste feição destoante dos precipuos fins a que verdadeiramente se destina a magistratura.

Contrastando com juizes dignos e instruidos na sciencia do direito, que, para honra nossa possuímos, avultam num crescendo assustador, os cobardes, ignorantes, subservientes, ambiciosos e politiqueiros, enfraquecendo até o prestigio da propria autoridade.

Como se confiar, pois, a uma magistratura tão mesclada questões de relevantissima e magna importancia, como realmente, são as decorrentes da lei do divorcio ?

Precisaria que imitassemos tambem a lei inglesa, no trato aos magistrados que ali applicam a do divorcio, dando-lhes prerogativas excepcionaes e escolhendo para a investidura do cargo de juiz, profissionaes habeis, cultos, honestos, imparciaes e dotados de altivez e independencia.

Só a magistratura assim constituida em bases securissimas, cercada de todas as garantias, poderia li-

dar, sem temor, com uma lei de aspectos tão graves.

Attribuir-se á magistratura que temos, em nosso paiz, a applicação da lei do divorcio, seria fatalmente expôr a sociedade a um grande perigo.

Supponhamos que, em dado momento, um presidente da Republica, um senador de alto prestigio, ou qualquer governador de Estado, tivesse de se ver envolvido numa acção de divorcio, estamos que a esposa, embora innocente, seria pelos exemplos que se registam diariamente da influencia do Executivo e Legislativo, sobre o Judiciario, inevitavelmente condemnada, ou então passariam os autos a ter marcha ambulatoria, á cata de juiz, pelos successivas suspeições “de amisade intima”.

Se é chegado o momento de imitarmos os paizes civilisados com a adopção da lei do divorcio a vinculo, comecemos primeiramente imitando-os no que diz respeito á magistratura, elevando-a ao nivel da sua verdadeira e nobre missão que vem desempenhando entre os povos cultos.

V I

UM CASO DE DIVORCIO JULGADO PELA JUSTIÇA HELVETICA

Em artigos anteriores já estudamos, em face das respectivas legislações, alguns systemas de divorcio consignando as causas que o possam determinar.

Dentre os moldes mais preconizados citam-se o suíço, o inglez e o allemão.

Como é sabido, e deixamos tambem provado, á evidencia, qualquer desses paizes possui uma magistratura organizada de modo a não se poder distinguir qual a melhor.

Os inglezes chegam a proclamar a sua justiça infallivel .

Os allemães, quando exalçam a nobresa dos seus magistrados, apontam logo o celebre caso da questão, entre o Imperador e um camponez, em que aquelle foi condemnado, logrando semelhante sentença a classica phrase do povo germanico — “ainda ha juizes em Berlim”.

O suisso confessa, com justo orgulho, que tem uma fé cega na justiça da sua terra, glosando por vezes a divisa megalomána dos teutões — a Allemanha acima de tudo — com esta restricção: — menos da justiça helvetica.

Pois, bem, uma justiça como é a da Suissa, onde o juiz é considerado uma entidade excepcional, a quem todos rendem respeito e reverencia, em qualquer parte onde esteja, sente-se ás vezes em graves difficuldades para processar os casos de divorcio, sem perder a compostura da sua autoridade, taes os escandalos que se desnrolam no fóro.

Avalie-se, agora, em outros paizes, não dotados de organização judiciaria tão perfeita, que scenas degradantes não serão ventiladas, em publico e raso, provocando inauditos escandalos, em presença da Justiça !

Aguçados pela curiosidade natural que desperta um processo de divorcio, e possuindo nós um illustre amigo, que viveu durante muitos annos na Suissa, onde se doutorou em medicina, pela celebre Universidade de Genebra, encaminhamos certa vez, a palestra para esse ponto, pedindo-lhe noticias d’alguns casos de divorcio que acaso ali tivesse assistido.

Ouvimos, então, do medico patricio, adepto aliás

do divorcio, uma narrativa sensacional e impressionante.

Travara, nos seus saudosos tempos academicos, relações com o primoroso poeta Paul Virés, insigne e afamado cultor das musas, no “jardim da Europa”. Tivera-o mesmo, por algum tempo, á sua mesa de refeições, diariamente, gosando em espirito as scintillações communicativas da alma artistica do celebre escriptor.

Certa vez, fôra surpreendido com a participação do breve enlace matrimonial do poeta, com uma das deidades mais lindas do “grand-mond” suiso, a quem Paul Virés, já o havia apresentado, pois, entre os noivos existia, desde muito, especial ligação affectuosa.

Marcado o dia do casamento, fôra convidado o dr. Filogonio Lisbôa (lá nos escapulio do bico da penna o nome que tantos esforços fizemos por occultar) para as alegres e attrahentes bôdas.

Foi uma noite cheia !...

Continuaram dahi os jovens conjuges a fazer campanha, ás refeições, ao nosso illustrado conterraneo...

Dispondo Paul Virés de regular fortuna, procurava desfructar regaladamente a vida, ao lado da dadivosa esposa.

Em meio áquelle céo limpido de puros affectos surgiram as primeiras borrascas, e, ao depois as nuvens negras do destino o toldaram por completo.

Certo dia, em que o futuro medico assistia aos enfermos, no hospital, vio chegar, á sala de operações, uma creatura do sexo feminino, de rosto velado, com um profundo ferimento a gotear sangue.

Aproximou-se e sentio que a doente, pousando as mãos sobre as suas, segurava-as docemente, chamando-o para mais perto e aos ouvidos lhe dissera: "Sou a esposa de Paul Virés" !

Saindo do desconcerto em que ficara, soube, em seguida, da scena de tragica, que se desenrolara entre os esposos.

Paul Virés, transido de colera, no auge de acalorada discussão, desfechara um tiro sobre a esposa.

Após alguns dias, em que passara entre a vida e a morte, a joven senhora saio do hospital, curada, e foi intentar, contra o marido, uma acção de divorcio.

Foi notificado para servir de testemunha, no processo, entre outras pessoas, o nosso confterraneo.

No decorrer da formação da culpa as audiências tornaram-se agitadissimas e tocaram ás raías do escandalo.

Factos de ordem intima da vida conjugal foram ali expostos em sua horripillante nudez; os minimos detalhes foram contornados em suas "facies" mais asperas e as obscenidades repellentes e vergonhosas explodiam de todos os lados, pontilhadas de apostrophes immoralissimas.

Desceu tanto a linguagem perante os austeros auditorios da Justiça helvetica, pintando quadros vivos, capazes de scandalizar os espiritos mais affeitos ás deslavadas scena do "bordeis", que causou estupefação ao joven brasileiro.

Accusador e accusado confundiam-se no torvelinho pútrido dos improperios, que pareciam exhalados de cloacas em fermentação.

Para fugir daquelle ambiente tão carregado de gazes pestillenciaes, em que jamais se envolvera, na

sua terra natal, declarou-se o nosso talentoso patricio, amigo dos conjuges, como realmente o fôra, logrando a recusa de ambos.

Accrescentou-nos ainda que, ao sair da audiencia, lhe foram entregues dous talões de um franco cada um, para receber o pagamento por ter servido de testemunha, porque na Suissa nenhum cidadão presta serviços gratuitos á justiça. Não se encommoda ninguem sem que se lhe pague o trabalho, correspondente ao tempo que ficára privado das suas occupações.

Saiu dali, o dr. Filogonio, trazendo a peor impressão possivel do espectaculo de alta depravação de costumes, a que assistira.

Eis ahi, uma pequena mostra da orgia social, com ares de legalidade, a que querem conduzir o Brasil, os propugnadores da adopção da lei do divorcio "a vinculo", entre nós.

VII

O DIVORCIO E' CONTRARIO AO DIREITO SOCIAL DO NOSSO PAIZ

Perlustrando as paginas historicas da nossa evolução juridica, veremos que, a não ser de longe em longe, a marcha geral da vida do direito, entre nós, raramente tem sido perturbada pelo surto divorcista que se fez sentir em outras nacionalidades.

Dos nossos lidimos cultores das letras juridicas, os que tomaram aos hombros a tarefa de blaterar nessa tecla poucos se avisinharam da insistencia, aliás, valorosa, pela sua possante mentalidade, do

maior arauto da ideia do divorcio "a vinculo", no Brasil,— o sr. Martinho Garcez.

Não fôra a felicidade para a communhão brasileira, de collidir a sua phase de legislador emerito, com a de Ruy Barbosa, talvez ninguem o detivesse, com vantagem, nos seus propositos, brilhantemente estereotypados em trabalhos oratorios que reflectiam estudos profundos, amparando e levando aos seus pares a convicção de que sanearia o casamento, com a adopção do divorcio.

Nos seus discursos punha, qual affirmára, a consciencia ao serviço da patria, invocando conceitos e opiniões de illustres pensadores e homens de letras de toda a parte.

Assistiui, porém, o desmoronar do pomposo edificio construido pela sua fecunda imaginação, ao toque da formidavel clava que sobre elle desfechou o maior dos nossos jurisconsultos.

Nenhum argumento seu ficou de pé, porque Ruy Barbosa, que, por vezes, ultrapassara os limites do saber humano, raiando pelo divino, revestiu as suas propheticas verdades do brilho da sua palavra privilegiada e apontou ao seu paiz, da tribuna do Senado, hoje, viuva de tão mavortica genialidade, os erros do projecto e os males que delle se originariam para a decomposição da nossa sociedade.

A indole natural dos nossos legisladores sempre foi contraria á dissolução do vinculo matrimonial.

No proprio Supremo Tribunal Federal, já se agitou o caso da applicação da lei do divorcio, quando suscitado entre subditos de paizes estrangeiros, que a admittia.

Os ministros da Alta Côrte decidiram unanime-

mente que “perante a Justiça Brasileira não é lícito pedir-se applicação de uma lei estrangeira, contraria aos principios da organização social do paiz.

Embora no ponto de vista internacional não possa ser o divorcio “a vinculo” considerado offensivo da ordem e dos bons costumes, desde que elle tem de ser pronunciado em um paiz que o repelle de sua legislação, contraria directamente o direito social desse paiz”.

Repousa esse accordão na doutrina defendida pelo eminente jurisconsulto Clovis Bevilacqua, quando sustenta que, a nossa legislação repellindo o divorcio, não pode a justiça brasileira julgar causa dessa natureza, mesmo entre estrangeiros de paizes que o adoptem.

O nosso direito procurando obviar uma situação insustentavel, entre os conjuges, estabeleceu o “desquite”, a que se podia chamar tambem “de divorcio”.

Nesse ponto, os codificadores brasileiros foram tão rigorosos que afastaram a designação de “divorcio”, usando exclusivamente da de “desquite”, para que se não déssem confusões de technologia.

O nosso Codigo acceita como causas, para acção do desquite: o adulterio, tentativa de morte, sevicia ou injuria grave e abandono voluntario do lar conjugal, durante dois annos continuos.

Existe tambem o desquite por mutuo consentimento, mas o Codigo, aliás, sabiamente, não o incluiu entre os motivos que possam originar “uma acção”.

A bôa technica repelliu a denominação de acção de desquite por mutuo consentimento”. Basta ape-

nas que ambos os conjuges formulem o pedido e o apresentem, pessoalmente, ao juiz sem carecer da formalidade de "acção".

No divorcio "a vinculo", porém, a clausula "por mutuo consentimento" que no "desquite" é perfeitamente cabivel e mesmo louvavel, seria de gravissimas consequencias.

O proprio doutor Martinho Garcez, catando, investigando por todos os recantos das seáras judicia-rias, literarias, e philosophicas, opiniões favoraveis ao seu ideal irreductivel, insere no entretanto, documentos valiosos bem contrarios aos seus conceitos.

Dentre outras, cita a opinião do illustre Chasten-
net que, á simples inspecção, de logo se vê, que não o ampara e pouco o aproveita, para firmar a neces-sidade do divorcio. Eil-a:

"O que me inquieta um pouco é que a mulher traz quando se casa um capital de natureza particu-lar, que se consome ao primeiro uso, que se não pôde tornar objecto de uma restituição ulterior e não tem equivalente no que diz respeito ao marido. Se se ad-mitte, pois, que este possa, sem outras causas, além das que elle houver por bem fornecer-se a si proprio, romper o casamento, parece-me legitimo reservar uma acção de perdas e danos á mulher lesada".

Dahi só se poderá concluir que Chastenet feriu um ponto sem solução possivel, porque a propria ac-ção de indemnização difficilmente resolveria o caso, pois nem todos os maridos dispõem de recursos que podessem resarcir o damno causado, e, para os mes-mos que os possuissem, entendemos que o patrimo-nio moral em questão vae além da estimação pecu-

niaria, pela propria "natureza particular do capital" a restituir.

Não seria buscando opiniões tão em desaccordo com os principios a que se propoz defender, com o fim de demonstrar a necessidade da instituição do divorcio, no Brasil, que o afamado jurisconsulto lograria ver a sua pertinaz idéa transformada em victoriosa realidade .

A opinião de Clastenet vem de modo claro e evidente, provar contra o divorcio.

VIII

A INOPPORTUNIDADE DO PROJECTO

O organismo social póde, a todo o instante, como o organismo individual ser acommettido de affecções temporarias ou permanentes.

Consubstanciando este conceito, que expendemos affirma Herbert Spencer — "só pela cumulação de insignificantes affecções que os organismos são ordinariamente minados e destruidos muito antes do tempo.

Se attentarmos em quanto o termo medio da vida cahe abaixo da duração possivel, podemos fazer uma ideia da immensa extensão do projecto".

Assim tambem o é na sociedade quando começam a lhe minar a organização as constantes affecções que a deteriorando consideravelmente, a principio, chega um momento em que a corrompem completamente.

Já não são poucos os males de toda a sorte que nos vêm affectando a vitalidade da existencia social,

para que se pense ainda em introduzir, inoportunamente, mais um, que coroar a serie de tantos desregramentos, infortunios e anormalidades.

Destoando do verdadeiro espirito liberal que deveria presidir a todas as reformas de que se cogitassem num paiz, que se poclama de regime democratico, temos infelizmente assistido a mais flagrante inversão das boas normas politico-sociaes com a promulgação de leis de character sérissimo e da maxima importancia possivel, justamente numa época anormal para a vida organica do Estado Brasileiro. Escolheu-se um periodo em que estão "suspensas as garantias constitucionaes", para se elaborar a "lei de imprensa, restringindo, a liberdade de pensamento e creando dispositivos á feição dos que pretendem deixar sepultadas nas sombras e acobertadas pelo manto espesso do silencio, as suas mais indignas acções.

Reformou-se, em época de levantes revolucionarios, o nosso Estatuto de 24 de Fevereiro, sob o guante pesado de uma situação anormalissima em que vem ha quatro annos vivendo o paiz, dentro das aperturas de um "estado de sitio" quasi victalicio.

Cerceou-se o "habeas-corpus", instituto que já fizera entre nós a sua trajectoria propria fixando os verdadeiros limites das fronteiras do nosso direito. Não valeram trabalhos, nem protestos dos que se insurgiram contra esse formidavel choque desfechado sobre o melhor padrão da nossa liberdade. Foi truncada, obstruida e alterada na sua apreciavel contextura, a formula mais legitima e tão sympathica desse nosso instituto liberal. (E' innegavel que as expressões grammaticaes alteradas, não lhe puderam attingir a essencia).

Foi desorganizado e completamente desvirtuado dos nobilissimos fins a que se destina o nosso Exercito, garantia e sustentaculo da nossa soberania e independencia.

Faltava, agora, que se fizesse pairar sinistramente sobre o coração do nosso organismo institucional a lamina da espada que viesse cortar o fio mais intimo que liga os nossos sentimentos no seio da sociedade.

Era preciso coroar a obra de desregramento e desrespeito que vem desde muito notabilizando a presente epoca, com a ameaça aviltante da dissolução da familia brasileira instituindo-se a lei do divorcio "a vinculo".

Nenhuma dessas importantes reformas poderia ser elaborada em momento tão inopportuno.

Ao tempo de Ruy Barbosa, quando o grande mestre não só, na sua plataforma politica, lida em 1914, no Polytheama Bahiano, como mais tarde, no programma do partido liberal manifestou amplamente o seu proposito revisionista, sem que aliás o paiz estivesse em "estado de sitio", não foi permittido ao maior dos nossos constitucionalistas realizar a sua excellente obra, dotando o Brasil de um estatuto escoreito, como o eram todos os trabalhos da sua lavra.

Os dois pontos capitaes por que principalmente se batia Ruy Barbosa—a utilização do direito de legislar sobre o processo e a unidade da magistratura—foram pelos legisladores actuaes relegados ao olvido.

Para todas essas reformas, como dissemos é flagrante a inopportunidade do momento.

Uma communhão social asphyxiada pelo "esta-

do de sitio" não deve procurar mais affecções que lhe venham minar e corromper o organismo.

A lei do divorcio só devia ser discutida, como o foi em outros paizes que a adoptaram, de modo o mais livre possível, pronunciando-se sobre o problema de aspecto social tão importante e grave, toda a collectividade.

Discutil-a, dentro de "um estado de sitio" fôra suffocar a legitima manifestação do pensamento, jugulando-a aos interesses subalternos que podessem determinar a sua introdução no nosso paiz.

Lei que não obedece á maioria da vontade popular, lei que não é inspirada no verdadeiro sentimento nacional, não é lei. E' um simples artificio com que se pretende obrigar os cidadãos de uma mesma nacionalidade dentro do seu territorio.

Embora não nos persuadam preceitos religiosos extremados, somos dos que pensam que a liberdade de consciencia, em nome dessa propria liberdade, não póde admittir que uma minoria imponha de modo absoluto a sua vontade á uma respeitavel maioria. Não tem, é certo, o Estado Brasileiro religião official, mas a maioria dos habitantes da nossa nação é catolica e, portanto adstricta ás doutrinas do christianismo, o povo brasileiro repelle o divorcio.

A quebra da alliança da Igreja com o Estado não importa, absolutamente como se quer presumir, numa coacção á liberdade de sentimento. Antes, pelo contrario, se nessa desassociação ficou firmado o principio de liberdade de culto, nada mais natural do que se respeitar a opinião, quando esta repousa, em maioria, na manutenção do culto catolico.

Assim entende também, o jurisconsulto conterraneo Araujo Castro, na sua recente obra "A Reforma Constitucional", quando exara: — "Cumpre não esquecer que estamos em um paiz de regimen democratico, isto é, em um paiz em que deve predominar a vontade da maioria. Cumpre não esquecer, outrosim, que a igualdade não tem nem póde ter caracter absoluto: só deve ser invocada em identidade de condições.

Se outros poderosos motivos não existissem para obstar a elaboração da lei do divorcio "a vinculo", no Brasil, bastariam a repugnancia do verdadeiro sentimento da maioria do nosso povo e a inoppor-tunidade do momento, para se cogitar de uma reforma de caracter especial que alteraria profundamente os nossos costumes sociaes.

CARLOS H. REIS

Professor de Direito Internacional Publico.

(5—5—1927.)